



CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE UBÁ-MG.

Leandro Gomes de Oliveira¹; Mário Otávio Batalha²; Kleber Batista Pettan³

Grupo de Pesquisa7: Agricultura Familiar e Ruralidade

Resumo: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são as políticas públicas que foram institucionalizadas pelo governo federal para garantir alimento para as pessoas em insegurança alimentar e estudantes de escolas públicas, respectivamente. Em ambas as políticas tem como fonte de abastecimento, a agricultura familiar. Minas Gerais é um dos estados brasileiros que apresentam grande representação de agricultores familiares. Um dos municípios mineiros que vêm operacionalizando ambos os programas é a cidade de Ubá. Este estudo teve como objetivo descrever as características do processo de comercialização em cada programa. Para isso, foram utilizados dois questionários. O primeiro deles é um questionário aberto, que teve como objetivo detalhar as características de institucionalização e funcionamento do PAA e PNAE. O segundo foi aplicado a produtores familiares destinadas idiosincrasias processo de comercialização de ambos os programas. A amostra foi constituída por 109 agricultores familiares. Os resultados indicam que tanto a política no tempo que os agricultores vendem e entregar a periodicidade destes programas são semelhantes. No entanto, o tempo para finalizar a quota de comercialização de produtos, pessoas com relação a outros agricultores nos programas têm características diferentes.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Programa de Aquisição de Alimentos; Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Abstract: *The Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE) are public policies that have been institutionalized by the federal government to ensure food to people in food insecurity and students of public schools, respectively. In both policies has as source of supply, family farming. Minas Gerais is one of the Brazilian states that present great representation of family farmers. One of Minas Gerais municipalities that come operationalizing both programs is the city of Uba. This study aimed to describe the marketing process characteristics in each program. For this, we used two questionnaires. The first one it is a opened questionnaire, that aimed to detail characteristics of institutionalization and operation of PAA and PNAE. The second one was applied to family producers aimed detach marketing process idiosyncrasies of both programs. The sample comprises 109 family agricultures. The results indicate that in both time policy that farmers*

¹Doutorando em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: leandrobaquim@yahoo.com.br

² Doutor em Genie Des Systemes Industriels. Professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: dmob@ufscar.br

³ Doutor em Engenharia Agrícola. Consultor especialista da Japan International Cooperation Agency (JICA). E-mail: kleber.pettan@hotmail.com



sell and deliver the periodicity of these programs are similar. However, time to meet the marketing quota marketed products, people with relationship to other farmers marketing have different characteristics.

Key words: *Familiar Agricultural; Food Acquisition Program; National School Food Program.*

1. Introdução

Ao longo dos anos 50, o Brasil atravessou um processo de modernização da agricultura que impactou e foi impactado por um conjunto de políticas públicas. O objetivo era o de propor melhorias, desenvolver e aperfeiçoar técnicas e instrumentos que fortalecessem a agropecuária brasileira. Essas políticas foram direcionadas principalmente aos setores agropecuários mais capitalizados e voltadas ao abastecimento do mercado externo, como o caso das *commodities*. Na ocasião, a produção familiar foi negligenciada, contando com pouco apoio do governo (MATTEI, 2007).

Apesar de não existirem políticas específicas para a agricultura familiar nessa época, esta já era estratégica no cenário econômico e social brasileiro. Reconhecendo essa importância, surgiu em 1996 a primeira e mais importante política pública destinada aos agricultores familiares, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PETTAN, 2010). Essa política visa fortalecer e desenvolver a agricultura familiar através de financiamentos e investimentos a juros mais baixos que o de mercado. Entretanto, a comercialização sempre foi um dos principais entraves enfrentados pelos agricultores familiares (DIAS *et al*, 2013).

A partir disso, novas políticas foram instituídas com o intuito de garantir a comercialização da produção da agricultura familiar e promover seu desenvolvimento. Entre estas, destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PAA visa garantir a segurança alimentar de pessoas em vulnerabilidade social através da doação de alimentos e o PNAE busca assegurar no mínimo 15% da dieta nutricional dos alunos da rede pública de ensino por meio da merenda escolar.

Em virtude dos benefícios alcançados pelo PNAE e pelo PAA em segurança alimentar e nutricional e pela garantia da comercialização dos produtos da agricultura familiar, essas políticas públicas têm sido propagadas por todo o território nacional (FNDE, 2010; BRASIL, 2012). O município de Ubá-MG institucionalizou o PNAE em 1996 e o PAA em 2008. Esse município destaca-se na produção de produtos hortifrutigranjeiros, frango de corte e gado de leite. Desse modo, buscando compreender melhor o funcionamento do PAA e do PNAE no município de Ubá, o objetivo desse estudo é caracterizar essas políticas públicas, bem como descrever seus processos de comercialização.

2. Referencial Teórico

2.1. Agricultura Familiar no Brasil

No Brasil, a agricultura familiar é um segmento de grande importância socioeconômica (MARTINS SILVA; MENDES, 2009). Ela é considerada um setor



53º CONGRESSO DA
SOBER

Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Agropecuária, Pecuária e
Desenvolvimento

de 26 a 29 de julho de 2015
UFPB | João Pessoa - PB

estratégico para o país e um dos pilares do projeto nacional de desenvolvimento. Sua presença é ativa na maioria dos municípios brasileiros, principalmente aqueles com menos de 50 mil habitantes. A agricultura familiar além de desempenhar sua função principal, ou seja, à produção de alimentos e de matérias primas, exerce diversas outras atribuições, como segurança alimentar (algum nível), redistribuição da renda, manutenção e geração de empregos, gestão dos territórios rurais e garantia da soberania alimentar do país para construção do desenvolvimento sustentável (PERES JR *et al.*, 2013).

Segundo IBGE (2006), no Brasil existiam aproximadamente 5,17 milhões de propriedades rurais. Desse total, 4,37 milhões (84,4%) eram considerados estabelecimentos familiares, que abrangiam uma área 80,25 milhões de hectares (24,33%). O restante dos estabelecimentos rurais, ou seja, 807,59 mil (15,6%) era considerado propriedades não familiares, que compreendiam uma área de 249,69 milhões de hectares (75,67%). Através desses dados, pode-se observar que no Brasil, ainda existe predomínio de uma estrutura agrária concentrada em propriedades não familiares, pois a área média dos estabelecimentos rurais familiares era de 18,37 hectares e de propriedades não familiares, de 309,18 hectares (IBGE, 2006; ROSSI, 2012).

A produção familiar também é um importante fator de fixação do trabalhador no campo, o qual contribui para redução do êxodo rural (GUILHOTO *et al.*, 2007). Esta ainda é responsável por criar condições de trabalho favoráveis e oportunidades de trabalho no meio rural. Em 2006, ela empregou 12,32 milhões (74,4%) dos trabalhadores envolvidos no setor agropecuário, sendo 8,21 milhões (66,7%) postos de trabalho ocupados por homens e 4,1 milhões (33,3%) por mulheres, com 14 anos ou mais (IBGE, 2006).

Além disso, a agricultura familiar opera através sistemas de produção diversificados (CARVALHO, 2009). Esses são compostos principalmente por produtos hortifrutigranjeiros e por produtos de origem animal, destinados ao mercado interno ou ao consumo próprio (BUAINAIN *et al.*, 2005). Segundo o IBGE (2006), a agricultura familiar produziu 87% da produção de mandioca, 70% de feijão (preto, cor, fraldinha, *caupi* e corda), 46% de milho, 16% de soja, 38% de café (arábica e *canephora*), 34% de arroz, 58% do leite (vaca e cabra), 16% de ovos, 59% dos suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo do país.

No Brasil, os principais canais de distribuição utilizados pela agricultura familiar para o escoamento da sua produção são as feiras livres, sacolão, varejão, quitanda, empresas do ramo de refeições coletivas (MACHADO; LAGO DA SILVA, 2003), supermercados, restaurantes, agroindústrias (SOUZA FILHO; BONFIM, 2013), associações, cooperativas, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PAA e o PNAE são políticas públicas que visam promover o desenvolvimento do meio rural e garantir a segurança alimentar da população em vulnerabilidade social e aos alunos da rede pública de ensino. Além disso, são importantes ferramentas de capacitação dos produtores rurais, pois propiciam o aperfeiçoamento das habilidades de gerenciamento dos agricultores através de cursos, para que possam melhorar seus processos produtivos buscando ofertar produtos de qualidade a canais de comercialização que antes eram restritos a esse público. As principais particularidades dessas políticas públicas serão abordadas mais detalhadamente nas subseções 2.2 e 2.3.



2.2. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA é considerado uma das principais ações do programa governamental Fome Zero (VIEIRA; VIANA, 2007; VOGT, 2009). O PAA foi instituído através do artigo 19, da Lei nº 10.696 de 2003 e tem como finalidade fortalecer a agricultura familiar por meio de ações destinadas à distribuição de produtos agropecuários. O programa pretende atender a população que se encontra em situação de insegurança alimentar e contribuir para a formação de estoques estratégicos de alimentos (MATTEI, 2007; HESPANHOL, 2009).

O programa permite a compra de alimentos, com isenção de licitações, provenientes de pescadores artesanais, assentados, quilombola, acampado, indígena, atingidos por barragens e agroextrativistas e produtores inseridos no grupo A, B, C e D do PRONAF (MDS, 2013) organizados em cooperativas ou outras organizações. Os produtos oriundos desta compra são destinados aos setores públicos e assistencialistas como, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos e ainda, voltados à formação de cestas básicas que posteriormente podem ser doadas as famílias carentes (MDS, 2013).

O PAA compreende seis modalidades: Compra da agricultura familiar com doação simultânea (CPR-Doação); Compra Direta da Agricultura familiar (CDAF); Formação de Estoque pela Agricultura familiar (CPR-Estoque); Incentivo a Produção e Consumo de Leite (PAA- Leite); Compra Institucional e Aquisição de sementes. Para cada modalidade, existe uma forma de acesso, um valor limite de venda por DAP e uma origem de recurso diferente.

No início do programa, o PAA recebia recursos exclusivamente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Entretanto, a partir de 2006 o programa também passou a contar com verbas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (SAGI, 2014). Em 2003, o total de recursos destinados à operacionalização do PAA foi R\$145 milhões de reais. E em 2012 o programa recebeu R\$ 834, 46 milhões de reais (BRASIL 2013). Isso ocorreu devido aos grandes avanços e benefícios causados pelo programa na redução da fome no Brasil e no fortalecimento dos agricultores familiares.

Depois de estabelecido os recursos disponíveis para o programa, os ministérios o implementam e o executam através de parcerias com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e com governo federal, estadual e municipal. Essas parcerias possibilitaram a difusão do programa por 3.819 municípios brasileiros (MATTEI, 2007).

Os produtos comercializados são destinados às entidades da rede sócio assistenciais principalmente creches, escolas, pré-escolas, associações beneficentes e comunitárias, instituições religiosas e de mulheres, entidades de amparos a crianças, deficientes e idosos, APAE, abrigos, casas, albergues, hospitais, restaurantes, cozinhas comunitários e outros (CONAB, 2014). Em 2012, foram atendidas 29.270 instituições, sendo responsáveis por beneficiar mais de 22 milhões de pessoas.

O PAA tem se tornado uma importante política voltada ao desenvolvimento da agricultura familiar e da redução da fome no país. Ela tem garantido através de mecanismos de comercialização o escoamento de diversos tipos de produtos, remunerando os produtores condizentemente ao mercado local, bem como distribuído alimentos a população em situação de vulnerabilidade.



2.3. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) teve origem nos anos 40, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta do governo federal de oferecer alimentação as escolas (SILVA; SILVA, 2011). Seu principal objetivo é suprir no mínimo 15% das necessidades alimentares e nutricionais diárias dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. Isso é alcançado através da melhoria nas condições fisiológicas e nutricional do aluno, propiciando a aquisição de bons hábitos alimentares e reduzindo assim, a evasão e a repetência escolar (BELIK *et al*, 2011).

Os recursos para execução do PNAE têm origem no Tesouro Nacional, o qual é repassado para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e é transferido para as entidades executoras (estados, Distrito Federal e municípios). Estas têm autonomia para administrar o dinheiro e são responsáveis por disponibilizar renda extra para a melhoria do cardápio escolar, além de assegurar a oferta de alimentos aos alunos matriculados na educação básica da rede pública de ensino (FNDE, 2014).

Em 2009, através da medida provisória da lei nº 11.947, ficou determinado que no mínimo 30% dos recursos do FNDE destinados à alimentação escolar seriam adquiridos de produtores familiares, empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (CAMPOS, 2011). A aquisição dos gêneros alimentícios deve ser realizada preferencialmente no mesmo município das escolas. Tal iniciativa contribui para que a agricultura familiar se organize cada vez mais, qualificando suas ações comerciais e gerando renda para o agricultor. Adquirindo os produtos de produtores da região, as escolas ganham em qualidade (alimentos frescos), garantindo assim, a apropriação de hábitos alimentares saudáveis e o desenvolvimento da região de forma sustentável.

Para fornecer alimentos para as escolas, o agricultor familiar deve também possuir a DAP, podendo comercializar individualmente ou se agrupar em cooperativas e associações. Segundo artigo 32 da Resolução FNDE nº 26 de 17 de Junho de 2013, cada produtor pode comercializar um valor total de R\$ 20.000,00/ por DAP/ano, sendo controlado pelo FNDE e MDA. Para receber os alimentos através dos PNAE, as escolas beneficiárias precisam estar cadastradas no censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) (FNDE, 2014).

A quantidade de recursos destinados ao PNAE tem aumentado no decorrer dos anos. Em 1995, o recurso para o programa teve um montante de R\$ 590,1 milhões chegando ao ano de 2013 com um total de R\$ 3,542 trilhões. Por isso houve um crescimento na abrangência do PNAE e mais estudantes das redes públicas puderam ser favorecidos com alimentos advindos desse programa. No ano de 1995, foram atendidos cerca de 33,2 milhões de alunos de escolas públicas, creches, pré-escolas, escolas indígenas e quilombolas, ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos, ensino integral pelo PNAE. Com, aperfeiçoamento do programa, houve um aumento considerável de estudantes atendidos pelo PNAE. Em 2013, cerca de 43,3 milhões de estudantes beneficiados receberam alimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).



Os produtos originários da agricultura familiar que são destinados a atender o PNAE possuem uma grande variedade. Estes alimentos podem ser categorizados principalmente por: gorduras e óleos, orgânicos, cereais, leguminosas, carnes, pescados e ovos, tubérculos, processados e agroindustrializados, frutas, hortaliças, legumes e verduras (FNDE/MDA 2010).

Desse modo, o PNAE promove a conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar através da garantia de comercialização. Isso contribui para a fixação do homem no campo e para a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento rural, além de gerar renda para as famílias fornecedoras e agregação no valor dos seus produtos.

2.4. O município de Ubá-MG

O município de Ubá fica localizado na Zona da Mata mineira, a 297 km da capital Belo Horizonte. Este faz divisa com os municípios de Tocantins, Visconde do Rio Branco, Dolores do Turvo, Divinézia, Senador Firmino, Astolfo Dutra, Guidoal, Rodeiro e Piraúba, como mostrado no mapa 1.

Mapa 1. Localização do município de Ubá.



Fonte: CUCO (2012).

De acordo com SMS (2010), Ubá é o segundo maior centro industrial e comercial da zona da mata mineira. Segundo IBGE (2010), o município de Ubá abrange uma área territorial de 407,45 km² e possuía em 2010 uma população de 101.519 habitantes, sendo 96,19% residentes de áreas urbanas e 3,81% de áreas rurais (FIALHO et al, 2011).

Na agricultura destacam-se a produção de hortifrutigranjeiros e na pecuária destaca-se a bovinocultura de leite (EMATER UBÁ, 2014). O município possui 713 agricultores



familiares, localizados em zonas rurais e distritos. Esses produzem principalmente hortaliças e oleaginosas em geral e frutas como tangerina ponkan, banana e leite.

3. Metodologia

A pesquisa pode ser caracterizada como descritiva, sendo que os resultados foram alcançados através de estudo de caso. A pesquisa descritiva visa detalhar as características de uma população ou fenômeno (VIEIRA, 2002). De acordo com Gil (2008), o estudo de caso é uma pesquisa que busca se aprofundar e um ou mais objetos de estudo permitindo adquirir um conhecimento mais amplo e detalhado. No entanto, como o estudo de caso é limitado a somente uma realidade, seus resultados não podem ser generalizados.

Para a coleta de dados foram utilizados dois tipos de questionários. O primeiro relacionado à implementação e operacionalização do PAA e do PNAE, que foi respondido pela secretária geral do Banco de Alimentos e pela nutricionista encarregada pela formulação das chamadas públicas, respectivamente. Nesse questionário, foram utilizadas questões abertas com o intuito de apresentar os objetivos do estudo, compreender o funcionamento dos programas e os trâmites burocráticos envolvidos. Esses foram preenchidos durante o mês de agosto de 2014.

O segundo questionário foi aplicado junto aos agricultores familiares. Para isso, foi empregado um questionário fechado estruturado, composto por questões com respostas dicotômicas e múltiplas escolha. Este foi aplicado entre os meses de agosto a outubro de 2014. Ao final, foram obtidos 81 respondentes que comercializam com o PAA e os 28 que comercializam com o PNAE.

Após a coleta de dados, estes serão tratados através de estatística descritiva, sendo apresentados através de gráficos com a média, desvio-padrão, mínimo, máximo ou através de tabelas com frequência e proporções, dependendo das variáveis analisadas.

4. Resultados e discussões

4.1. Institucionalização do PAA em Ubá

A institucionalização do PAA no município de Ubá ocorreu em 2008. Desde o início de sua implementação o programa é operacionalizado somente com a modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea.

No PAA-Ubá, os agricultores familiares comercializam por intermédio do Banco de Alimentos. Segundo MDS (2014), os Bancos de Alimentos são secretarias públicas que fazem a articulação entre as políticas públicas e os produtores rurais para aquisição de alimentos para alcançar a população em vulnerabilidade social. Essas secretarias fazem parte da estrutura operacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Em 2008 o PAA iniciou seu funcionamento com somente 8 produtores fornecedores, porém em 2014, o programa opera com 172 agricultores. Esses produtores residem principalmente nos municípios de Ubá, Visconde do Rio Branco, Piraúba, Tocantins, Guidoal, Paula Cândido, Astolfo Dutra, Guarani, Rio Pomba.

Atualmente, esse programa faz a doação de alimentos a 39 entidades sócio assistencialistas que beneficiam mais de 4.200 pessoas.



A comercialização compreende mais de 40 tipos de produtos, onde em sua grande maioria são produtos hortifrutigranjeiros e alguns produtos processados (bolo, doce, açúcar mascavo, rapadura). O total de produtos comercializados de 2011 a 2014 são apresentados na tabela 1.

Tabela 1. Total de produtos comercializados no PAA em Ubá de 2011 a 2014.

Ano	Total de produtos comercializados (ton.)
2011	108
2012	187
2013	134
2014 (até agosto)	90

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Pode-se notar através da tabela 1 que de 2011 a 2012 houve um aumento de 73% no volume comercializado. Todavia, no ano subsequente houve uma redução significativa de alimentos entregues ao programa. Isso ocorreu porque muitas das instituições beneficentes tiveram fornecimento encerrado devido ao não cumprimento dos trâmites burocráticos do programa.

4.2. Institucionalização do PNAE em Ubá

A institucionalização do PNAE no município de Ubá ocorreu em 1996. Nesse programa não existe um convênio firmado entre FNDE e o município, podendo ser suspenso se não forem cumpridas as especificações da política.

Atualmente, o programa é operacionalizado através de transferência direta de recursos para o pagamento dos produtores rurais. Para isso, os recursos são transferidos do FNDE para uma conta específica do município, que posteriormente paga os produtores. No entanto, segundo a nutricionista responsável pelo programa, devido encargos burocráticos e logísticos existe a necessidade de complementariedade de recursos da prefeitura do município para execução do PNAE em Ubá.

Nos anos de 2012 e 2013, o PNAE operacionalizou com somente 43 agricultores familiares. Isso ocorreu pela pequena demanda das escolas do município. Entretanto, em 2014 o programa conta com 76 agricultores, que residem nos municípios de Ubá, Tocantins, Visconde do Rio Branco, Guiricema e Guidoal.

O pagamento é realizado após conferência das notas de recebimento, das emissões de ordens de fornecimento em até trinta dias após o aceite da nota fiscal. Os preços a serem pagos são determinados através de uma pesquisa de mercado, prioritariamente: feira do produtor, mercado local e CEASA.

As compras são realizadas através chamadas públicas, os gêneros não perecíveis são adquiridos de seis em seis meses e entregues mensalmente nas escolas. O programa compreende a comercialização de diversos gêneros alimentícios, onde em sua grande maioria são produtos hortifrutigranjeiros (alface, banana prata, batata, cebola, cenoura, couve, chuchu, goiaba, mandioca, melancia, mexerica pokan, pimentão, quiabo, repolho, tomate, vagem, inhame, feijão), origem animal (carnes, ovos) e alguns produtos processados (leite em pó,



pães). Os produtos hortifrutigranjeiros, carnes e pães são comprados durante todo o ano e entregues semanalmente para as escolas da rede pública de ensino.

A prefeitura por intermédio de parcerias disponibilizaram palestras, reuniões e cursos de capacitação para os agricultores familiares. No entanto, a nutricionista ressalta que um dos grandes entraves sofridos pelos produtores é a falta de capacitação e a displicência dos membros da EMATER que não realizam assistência técnica regularmente. Apesar disso, ela acredita que os agricultores familiares estão satisfeitos com o PNAE, pois este tem proporcionado complementariedade de renda, bem como melhorias na qualidade de vida.

4.3. Caracterização do PAA e do PNAE em Ubá

Nessa subseção serão destacadas as principais características relacionadas ao processo de comercialização entre os agricultores familiares, o PAA e o PNAE. No entanto, primeiramente julgou-se necessário destacar algumas particularidades referentes aos produtores de ambos os programas. A tabela 2 apresenta o gênero do agricultor familiar participante do estudo.

Tabela 2. Gênero dos produtores participantes do PAA e PNAE.

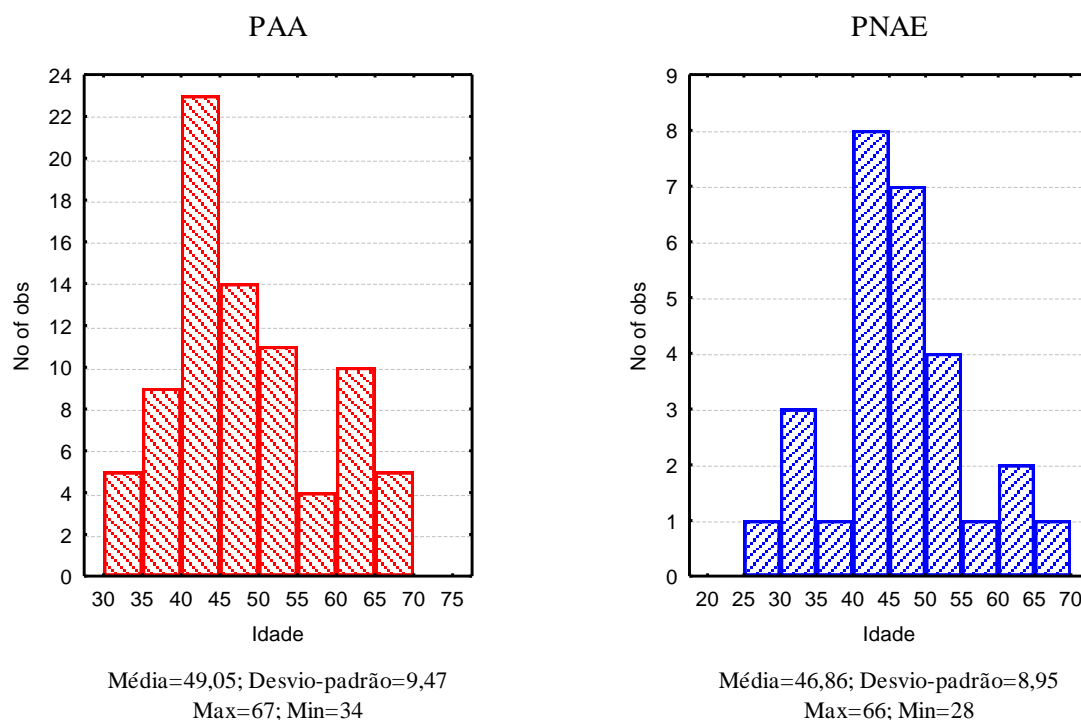
Gênero do produtor respondente da pesquisa	PAA Frequência (N)	PNAE Frequência (N)	PAA Frequência (%)	PNAE Frequência (%)
Masculino	53	24	65,43	85,71
Feminino	28	4	34,57	14,29
Total	81	28	100	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A tabela 2 mostra que existe um predomínio de produtores rurais do gênero masculino comercializando com os programas. No PAA, 65,43% são homens e 34,57% são mulheres e no PNAE, 85,71% são homens e 14,28% são mulheres. O segundo indicador utilizado para caracterização dos produtores foi à idade. O gráfico 1 apresenta à média, o desvio-padrão, a idade mínima e máxima dos produtores.



Gráfico 1. Idade dos produtores participantes do PAA e PNAE.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

O gráfico 1 mostra que a idade dos agricultores familiares é relativamente alta. No PAA, a idade média dos produtores é de 49,05 anos, sendo a mínima de 34 e a máxima de 67 anos. No PNAE, a idade média é de 46,86 anos, com a mínima de 28 e a máxima de 66 anos. A maioria dos produtores reflete um grande problema enfrentado pelos demais municípios brasileiros, a redução de jovens vinculados a atividades rurais.

A tabela 3 apresenta os resultados referentes ao município que residem os produtores rurais.



Tabela 3. Municípios que residem os agricultores.

Municípios	PAA	PNAE	PAA	PNAE
	Frequência (N)	Frequência (N)	Frequência (%)	Frequência (%)
Ubá	53	13	65,43	46,43
Visconde do Rio Branco	8	11	9,88	39,29
Tocantins	10	2	12,35	7,14
Guidoval	4	1	4,94	3,57
Piraúba	5	0	6,17	0
Guarani	1	0	1,23	0
Guiricema	0	1	0	3,57
Total	81	28	100	100

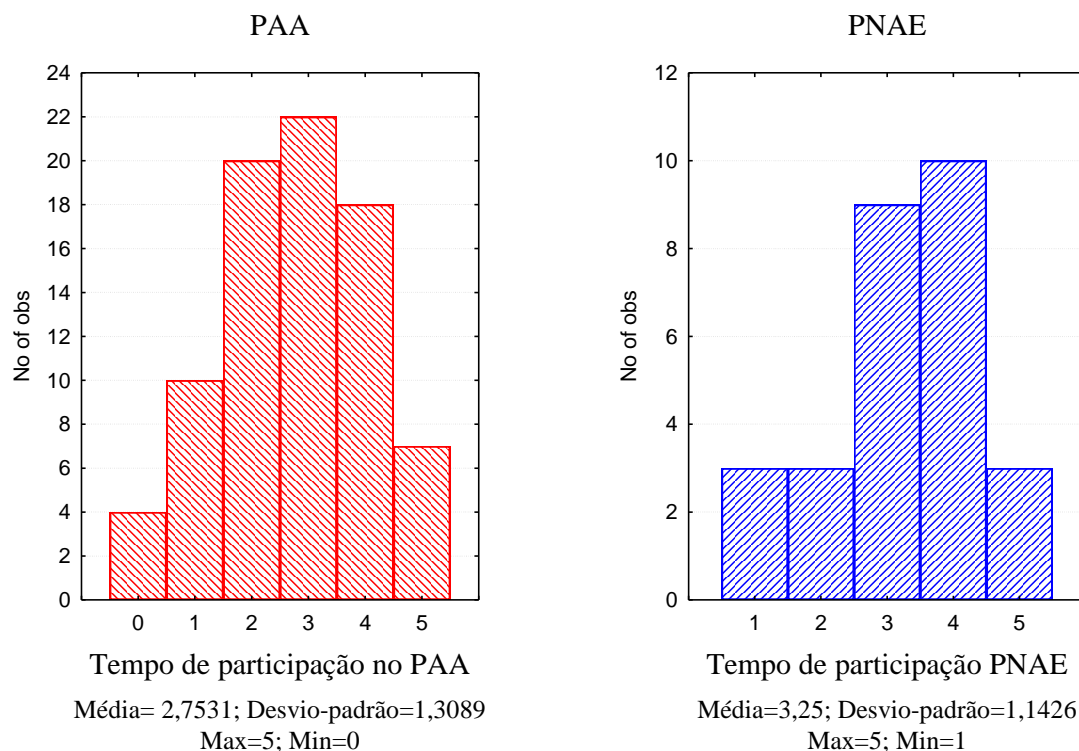
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Pode-se constatar através da tabela 3 que a maioria dos agricultores é residente do município de Ubá. No entanto, existe uma parcela considerável de produtores residentes em Visconde do Rio Branco, Tocantins, Guidoval e Piraúba. Isso ocorre porque esses municípios são relativamente próximos de Ubá, o qual não inviabiliza a comercialização com os programas. Além disso, a falta de oferta de determinados produtos, faz com que os responsáveis PAA e PNAE busquem fornecedores de outros municípios.

A primeira característica relacionada ao processo de comercialização refere-se ao tempo que os produtores vendem seus produtos ao PAA e PNAE. O gráfico 2 apresenta a média, o mínimo e o máximo de tempo de comercialização.



Gráfico 2. Tempo de participação no PAA e PNAE.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Em média o tempo de comercialização dos produtores com o PAA e PNAE é de 3 anos (gráfico 15). O tempo de comercialização é um fator muito importante para os produtores, uma vez que com o decorrer da comercialização, os produtores se tornam mais capacitados em relação aos trâmites burocráticos e aos níveis de exigência dos programas, implicando em melhoria da eficiência na comercialização.

Outra característica importante relacionada ao processo de comercialização refere-se aos produtos entregues nos programas. A tabela 4 apresenta os produtos subdivididos em grupos e o total de produtores fornecedores por produto.



Tabela 4. Produtos comercializados no PAA e PNAE.

Grupo	Tipo	Total de produtores do PAA	Total de produtores do PNAE
Frutas	Abacate	2	-
	Acerola	4	1
	Banana	19	5
	Goiaba	8	4
	Graviola	-	2
	Laranja	10	-
	Limão	5	-
	Manga	-	1
	Maracujá	3	3
	Mexerica	-	3
	Tangerina ponkan	11	-
Verduras	Acelga	2	-
	Agrião	1	-
	Alface	5	7
	Almeirão	9	-
	Brócolis	4	-
	Cebolinha	10	3
	Couve	13	7
	Espinafre	4	-
	Manjericão	-	-
	Mostarda	3	-
	Repolho	1	3
	Salsa	4	-
	Salsinha	-	1
	Legumes	Abóbora comum	10
Abobrinha		14	-
Batata Baroa		1	-
Batata doce		2	1
Batata lisa		1	-
Berinjela		8	-
Beterraba		3	1
Cebola		2	2
Cenoura		1	2
Chuchu		9	2
Inhame		2	1
Jiló		12	-
Mandioca		9	4
Pepino		7	-
Pimentão		5	2
Quiabo	5	2	



	Tomate	7	5
	Vagem	4	3
Processados	Açúcar mascavo	3	-
	Bolo de fubá	7	-
	Doce em barra	1	-
	Doce de fruta	1	-
	Melado	1	-
	Rapadura	2	-
Leguminosas	Feijão	1	2
Origem Animal	Ovo caipira	10	2

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Percebe-se através da tabela 4, que os produtos entregues ao PAA e PNAE são basicamente frutas, verduras, legumes, leguminosas e produtos de origem animal. Além disso, pode-se notar também que existe uma pequena demanda por produtos processados no PAA e que essa inexistente no PNAE. Esse fato acontece porque na composição dos cardápios das merendas escolares do município de Ubá não se utiliza esse tipo de produto. No entanto, futuras chamadas públicas poderiam incorporar a comercialização desse tipo de produto possibilitando a inserção de mais agricultores familiares nesse programa.

Outra particularidade da comercialização com o PAA e PNAE relaciona-se a pessoas da mesma família que comercializam com os programas. A tabela 5 apresenta o total de produtores que possuem familiares que comercializam com o PAA e PNAE.

Tabela 51. Produtores com familiares comercializando com o PAA e PNAE.

Possui outros membros familiares comercializando com o PAA e PNAE	PAA Frequência (N)	PNAE Frequência (N)	PAA Frequência (%)	PNAE Frequência (%)
Sim	31	15	38,27	53,57
Não	50	13	61,73	46,43
Total	81	28	100	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A tabela 5 mostra que existe uma disparidade nos resultados entre as políticas públicas. No PAA, mais da metade dos agricultores familiares não possui parentes comercializando com o programa. Já no PNAE, a maioria dos produtores possui membros familiares entregando produtos a essa política. Esse é um fator relevante para os programas, uma vez que produtores beneficiários podem ter recomendado a seus familiares a comercializar ou não com os programas devido a algum aspecto positivo ou negativo.

As próximas características referem-se aos motivos que levaram os agricultores a participar do PAA/PNAE e a importância desses programas para esses produtores. A tabela 6 apresenta o motivo a participar dessas políticas públicas.



Tabela 6. Motivo para participar do PAA/PNAE.

Motivo	PAA	PNAE	PAA	PNAE
	Frequência (N)	Frequência (N)	Frequência (%)	Frequência (%)
Recomendação	24	6	29,63	21,43
Preço pago pelo produto	19	6	23,46	21,43
Facilidade na comercialização	13	3	16,04	10,71
Complementação de renda	20	9	24,69	32,14
Outro	5	4	6,18	14,29
Total	81	28	100	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Pode-se notar através da tabela 6, que não existe um motivo que se sobressaia em relação ao outro. Para os agricultores do PAA e do PNAE todas as razões mencionadas na pesquisa possuem certa relevância para sua participação nos programas. A tabela 7 mostra os resultados referentes importância de se comercializar com o PAA e PNAE.

Tabela 7. Importância de comercializar com o PAA/PNAE.

Importância de comercializar com o PAA e PNAE	PAA	PNAE	PAA	PNAE
	Frequência (N)	Frequência (N)	Frequência (%)	Frequência (%)
Após o PAA acredito ter mais segurança para comercializar com outros canais	24	17	29,63	60,71
Após o PAA acredito ter produtos melhores para comercializar com outros canais	26	6	32,09	21,43
Tenho mais informações sobre mercado (preço do produto)	14	2	17,28	7,14
Possuo mais informações técnicas de plantio e gestão	14	2	17,28	7,14
Outros	3	1	3,72	3,57
Total	81	28	100	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Observa-se através da tabela 7 que em ambos os programas, a segurança adquirida para comercializar com outros programas e a melhoria dos produtos após a inserção no PAA e PNAE foram ressaltadas como mais importantes. Informações de mercado e informações técnicas de plantio e de gestão são consideradas menos importantes para os produtores.

Outras idiosincrasias relacionam-se à periodicidade de entrega dos produtos e o tempo gasto para o produtor cumprir sua cota de comercialização. As tabelas 8 e 9 apresentam os resultados referentes a esses temas.



Tabela 8. Periodicidade de entrega realizada pelos produtores ao PAA e PNAE.

Periodicidade	PAA	PNAE	PAA	PNAE
	Frequência (N)	Frequência (N)	Frequência (%)	Frequência (%)
1 vez por quinzena	13	8	16,04	28,57
1 vez por semana	60	16	74,07	57,14
Mais de 1 vez por semana	8	4	9,89	14,29
Total	81	28	100	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A maioria dos agricultores do PAA e do PNAE tem entregado seus produtos uma vez por semana (tabela 8). O planejamento do processo de comercialização é realizado com base na demanda e oferta de produtos da semana vigente. Porventura se ocorrerem imprevistos na distribuição, alguns produtores são contatados para realizar mais de uma entrega ou para não comercializar naquela semana.

Tabela 9. Tempo para cumprir a cota de comercialização.

Cota de comercialização	PAA	PNAE	PAA	PNAE
	Frequência (N)	Frequência (N)	Frequência (%)	Frequência (%)
2 meses	7	0	8,64	0
3 meses	23	1	28,4	3,57
4 meses	42	1	51,85	3,57
Mais do que 4 meses	9	26	11,11	92,86
Total	81	28	100	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

O término da cota de comercialização para muitos dos agricultores do PAA é de 3 ou 4 meses e mais de 4 meses para produtores do PNAE (tabela 9). Isso acontece porque a cota de comercialização do PNAE (R\$ 20.000,00) é muito maior do que a do PAA (R\$ 5.500,00), e por isso, os produtores requerem mais tempo para finalizá-la.

No entanto, em ambos os programas pode-se considerar que a comercialização é restrita a um curto espaço de tempo. Ao término da cota, os produtores tem que continuar a comercialização com outros canais de comercialização para suprirem a renda que era originária do PAA e PNAE. Apesar disso, esses programas possuem cursos de aperfeiçoamento que visam melhorar as habilidades gerenciais dos agricultores, bem como a qualidade de seus produtos para que os produtores possam se inserir em outros canais de comercialização.

Através das análises das características do processo de comercialização pode-se determinar que os agricultores familiares são heterogêneos para algumas variáveis. Para o PAA, a maioria dos produtores relatou não possuir familiares comercializando com o programa e esta leva entre 3 e 4 meses para finalizar. No PNAE, os agricultores possuem parentes comercializando com o programa e esta permanece em mais de 4 meses. No entanto, para as outras variáveis analisadas existe uma congruência dos dados, a entrega ocorre em



53º CONGRESSO DA
SOBER

Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Agropecuária, Pecuária e
Desenvolvimento

de 26 a 29 de julho de 2015
UFPB | João Pessoa - PB

torno de 1 vez por semana, o tempo médio de participação dos produtores nos dois programas é de 3 anos. Por fim, os motivos para participarem são determinados pela segurança inerente do canal e a melhoria de qualidade dos produtos.

5. Conclusões

O PNAE é uma política pública que foi instituída no Brasil visando garantir alimentação aos alunos da rede pública de ensino. Além disso, essa política tem o intuito desenvolver e fortalecer a agricultura familiar, sua principal fonte de abastecimento.

Um dos municípios brasileiros que institucionalizou essa política é o município de Ubá, Minas Gerais. Este vem operacionalizando o PNAE desde 1996. Essa política pública pode ser considerada importante canal de comercialização utilizado pelos produtores rurais para realizar o escoamento de sua produção.

O presente estudo teve como objetivo caracterizar os agricultores familiares participantes do PNAE do município de Ubá, bem como caracterizar o processo de comercialização. Para isso, foram utilizados dois questionários, um questionário estruturado aberto aplicado aos gestores responsáveis pela operacionalização das políticas do município de Ubá. Para isso, esses foram enviados via *e-mail* para as nutricionistas responsáveis pela operacionalização em julho de 2014, tendo retorno no mês posterior. Após isso, alguns telefonemas foram necessários e visitas foram marcadas a fim de sanar dúvidas a respeito do preenchimento do questionário.

Através das análises das características pode-se determinar o perfil do produtor e do processo de comercialização. Os agricultores familiares do PAA e PNAE são em sua maioria homens de 46 a 49 anos de idade residentes dos municípios de Ubá, Visconde do Rio Branco, Tocantins, Guidoal, Guiricema, Piraúba, Guarani. Em relação ao processo de comercialização, pode-se afirmar que estes agricultores são cadastrados no PAA e PNAE em média a 3 anos nas políticas públicas. As entregas ocorrem principalmente 1 vez por semana e a o tempo para cumprir a cota de comercialização é de 4 meses ou mais.

Finalmente, este estudo apresenta algumas limitações e a partir delas podem-se propor trabalhos futuros. Uma limitação é decorrente da localidade do estudo. Pesquisas futuras podem visar abordar outros municípios a fim de obter uma maior compreensão desses programas. Além disso, a pesquisa ficou limitada a somente caracterização dos produtores rurais beneficiários do PNAE, bem como o processo de comercialização. Pesquisas futuras podem buscar avaliar os impactos causados por essas políticas nos agricultores e na população beneficiária. Atrelado a isso, outros estudos podem focar algumas particularidades relacionadas à operacionalização dos programas, como fatores operacionais, burocráticos, entraves institucionais, melhorias dos programas, etc. Isso possibilitaria uma melhor compreensão da realidade do PAA e do PNAE no Brasil.

6. Referências Bibliográficas

BELIK, W *et al.* **O programa nacional de alimentação escolar como instrumento de desenvolvimento local.** 2011. Disponível em: www.sober.org.br/palestra/12/07O073.pdf



53º CONGRESSO DA
SOBER

Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Agropecuária, Pecuária e
Desenvolvimento

de 26 a 29 de julho de 2015
UFPB | João Pessoa - PB

BUAINAIN, A. M. **Peculiaridades regionais da agricultura familiar brasileira.** In: Gestão integrada da agricultura familiar. SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O (org.). EDUFSCAR, São Carlos, 2005.

CAMPOS, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: avaliação do programa nacional de alimentação escolar-PNAE no município de Campina Grande/PR.** 2011. 53 f. Monografia de curso de especialização (Pós Graduação Gestão Pública Municipal), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Curitiba/PR. 2011.

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento. **O que é PAA?** Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=1> Acesso: 15 de julho de 2013.

_____. **Quantidade de produtos comercializados nos CEASAS brasileiros em 2013.** Disponível em: <http://www3.ceasa.gov.br/siscomweb/>. Acesso em: 3 de novembro de 2014.

CARVALHO, D. M. **Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade.** In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 47, 2009. Porto Alegre/RS.

CUCO, J. L. **Formas de inserção de pessoas com deficiência em sociedades rurais na Zona da Mata mineira.** 2012. 209 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2012.

SILVA, K.R.D.; SILVA, L.A.C. **Análise da comercialização e do impacto do PAA e PNAE na condição de vida das famílias agricultoras de Bananeiras, na Paraíba.** Trabalho de conclusão de curso de especialização em Gestão Pública (Economia)-Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2011.

FIALHO, E. S., et al. **Clima e sítio na Zona da Mata mineira: uma análise de episódios de verão.** Revista Brasileira de Climatologia, n.7, v.8, jan-jun 2011.

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009.** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3341>. Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4º ed. São Paulo, Atlas. 2008.

GRISA *et al.* **O Programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para debate.** 2009 Disponível em: http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf Acesso: 11 de abril de 2014.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados.** 35º Encontro Nacional de Economia, 2007. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>



HESPANHOL, R. A. M. **Programa de aquisição de alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar.** Revista Sociedade e Natureza, v.25, ed. 3, Uberlândia, 469-483, set/dez/2013.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuari_o.pdf Acesso em: 28 de maio de 2014.

_____. **IBGE cidades. 2010** Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=31&search=minas-gerais>. Acesso em: 3 de junho de 2014.

MACHADO, M. D.; LAGO DA SILVA, A. **Canais de Distribuição para produtos provenientes da Agricultura Familiar: um estudo multicaso na região de São Carlos e Araraquara.** In: XLI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Brasileira e Sociologia Rural (SOBER) ANAIS...2003, Juiz de Fora/MG.

MARTINS SILVA, J.; MENDES, E. P. P. **Agricultura familiar no Brasil: características e estratégias da comunidade Cruzeiro dos Martírios- município de Catalão/GO.** In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009.

MATTEI, L. **Políticas Públicas de combate à fome: o caso do programa de aquisição de alimentos no estado de Santa Catarina.** Caderno CEAM (Unb). v.7,p. 75-105. Brasília, 2007.

MDS-MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME **Programa de Aquisição de Alimentos.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa> Acesso em: 5 de novembro de 2013.

SAF/MDA. **Inserção da agricultura familiar na alimentação escolar: estratégias e políticas públicas de apoio SAF/MDA.** 2014. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/MOC.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2014.

SAGI- Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Balanco de avaliação da execução do programa de aquisição de alimentos- PAA 2003 a 2010.** Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/documentos/BALANCO%20DE%20AVALIACAO%20GRUPO%20GESTOR%20DO%20PAA%20versao%2024-02-11.pdf

SMS-Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde: Ubá-Gestão 2010/13.** Disponível em: http://www.uba.mg.gov.br/salvar_arquivo.aspx?cdLocal=2&arquivo=%7BD3BCAE6E-677C-66BD-EA1A-17852A0DB54A%7D.pdf Acesso: 3 de junho de 2014.

PERES JR, M. R. et al. **Caracterização e agrupamento de município de Minas Gerais em relação à agricultura familiar.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 9, n. 3, p. 54-99, set-dez, Taubaté/SP, 2013.



53º CONGRESSO DA
SOBER

Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Agropecuária, Pecuária e
Desenvolvimento

de 26 a 29 de julho de 2015
UFPB | João Pessoa - PB

PETTAN, K. B. **A política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER): percepções e tendências.** 2010, 394f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola)-Departamento de Pós Graduação em Engenharia Agrícola, Universidade de Brasília, Brasília-GO, 2010.

ROSSI, F.R. **O programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar no município de São Carlos: impactos socioeconômicos nos agricultores familiares beneficiários.** 2012. 177f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)-Departamento de Pós Graduação em Engenharia de Produção-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2012.

SOUZA FILHO, H.M.; BONFIM, R.M. **Oportunidades e desafios para a inserção de pequenos produtores em mercados modernos.** In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. (org). A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível? Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Brasília/DF, 2013.

VIEIRA, V. A. **As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing.** Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.1, p.61-70, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://www.mouraconsultoria.com.br/artigo/Tipologia...pdf>. Acesso em: 08 de maio de 2014.

VIEIRA, D. F. A.; VIANA, C. A. S. **O PAA- PAA e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar.** Anais, VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção. Fortaleza, 2007.

VOGT, S. P. C. **A construção do mercado institucional de alimentos: Estudo de caso do Programa de Aquisição de Alimentos na região Celeiro/RS.** 2009. 170f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS. 2009.